

1 ATA DA SEXTA SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ARQUITETURA DE SÃO
2 PAULO – CAU/SP - 24/05/2012

3
4 Aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de maio de 2012, nas dependências do Auditório da
5 Faculdade Anhembi-Morumbi - Unidade Paulista, localizado na Avenida Paulista nº. 2.000, Bela
6 Vista, São Paulo/SP, disponibilizado para a realização da SEXTA SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA
7 DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE SÃO PAULO - CAU/SP.

8
9 O Presidente do CAU/SP Afonso Celso Bueno Monteiro, inicia a sessão registrando a presença
10 de 52 (cinquenta e duas) pessoas, sendo 12 (doze) convidados, 34 (trinta e quatro)
11 conselheiros titulares e 06 (seis) conselheiros suplentes, sendo que, apenas 04 (quatro) dos
12 conselheiros suplentes, José Roberto Baraúna, Pedro de Mello Saraiva, Rafael Patrick Schmidt
13 e Silvio John Heibut, encontravam-se no exercício da titularidade. Todas as listagens de
14 presença seguirão, em anexo, a esta ATA. Verificado o quórum de 38 (trinta e oito)
15 conselheiros entre titulares e suplentes no exercício da titularidade, o Presidente do CAU/SP
16 Afonso Celso Bueno Monteiro agradece, em nome do CAU/SP e de toda diretoria, a cessão do
17 espaço pela Faculdade Anhembi-Morumbi para a realização da 6ª Sessão plenária Ordinária,
18 convida o vice-presidente Gustavo Melo e a Chefe de Gabinete Áurea Mazzetti para
19 comporem a mesa.

20 O Presidente informa a todos os presentes que na entrada do plenário os conselheiros
21 receberam uma “extra pauta” referente à demanda que está havendo com relação à cobrança
22 de RRTs. Esse assunto será colocado como ponto de pauta a ser discutido com os conselheiros
23 e que está sendo retirado da pauta o item “Seminário”, o qual o Diretor de Relações
24 Institucionais (D.R.I.) Claudio Mazzetti dará maiores informações em sua fala.

25 O Presidente informa que circulará uma pasta contendo as cópias de correspondências
26 recebidas, consideradas importantes para que os conselheiros tomem conhecimento dos
27 assuntos, no plenário, de forma que caso esses queiram a cópia de algum dos documentos,
28 informem o nome e número do documento o qual posteriormente lhe será enviado por e-mail.

29 O Presidente inicia com os seguintes comunicados:

30 1) que a data da posse solene ainda não foi definida porque o Governador Geraldo Alckmin
31 ainda não informou a disponibilidade de sua agenda apesar de ter sido apresentada 3 (três)
32 datas para que o Governador se manifestasse; o Presidente explica que em virtude do
33 fechamento da Assembleia Legislativa em julho, a posse solene provavelmente será realizada
34 no mês de agosto;

35 2) informa que o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) solicitou o apoio do CAU/SP, com o
36 custeio, para que os Conselheiros Gilberto Belleza, José Armênio Cruz, Rosana Ferrari, Nádia
37 Somekh, Ciro Pirondi e Alvaro Puntoni, pudessem ir à Brasília participar de reunião do COSU do
38 IAB, participação essa que o CAU/SP estará dando apoio;

39 3) informa sobre o termo de cooperação fechado entre a Prefeitura de Ribeirão Preto, o
40 CAU/SP e o CAU/BR, explicando que a cidade de Ribeirão Preto fora escolhida pelo CAU/BR
41 como “piloto” para implantação do módulo de fiscalização do CAU, dado as condições técnicas
42 e nível de informatização ali verificados, informando o que já está sendo feito e enfatizando
43 que, se esse termo de cooperação der certo, ele será estendido às prefeituras de outras
44 cidades. Finalizando o Presidente esclarece que todos os conselheiros serão devidamente
45 informados sobre o desenrolar desse assunto.

46 O Presidente passa a palavra para o Diretor de Relações Institucionais - D.R.I. Claudio Mazzetti
47 iniciar seus informes. O D.R.I. Claudio saúda a todos os presentes e informa que, em
48 decorrência da necessidade de compatibilização entre as agendas dos participantes do CAU/BR
49 e, no sentido de propiciar também a presença dos Conselheiros do CAU/SP que participarão do

50 COSU do IAB, foi solicitado que o 1º Seminário de Capacitação do CAU/SP seja adiado e
51 realizado no mês de junho, sendo a data informada posteriormente.

52 Informa ainda sobre a reunião que a Diretoria de Relações Institucionais - D.R.I. teve com a
53 Defensoria Pública do Estado de São Paulo e que, em caráter emergencial, será firmado
54 Convênio nos mesmos moldes do convenio firmado entre a Defensoria e o CREA/SP; destaca
55 que no caso específico dos arquitetos e urbanistas, o CAU/SP conseguiu que a Defensoria
56 autorizasse a inserção das atividades dos profissionais ligados à área de meio ambiente e
57 regularização fundiária, já que no Convênio firmado entre a Defensoria e o CREA/SP, esses dois
58 itens não estão previstos; o Diretor Claudio salienta que para o convenio que será firmado em
59 2013, deverão ser aprofundadas as discussões com todos os Conselheiros para reformulação e
60 ajustes, a fim de ampliar o formato do convenio.

61 Informa também sobre a reunião com o **RAPROHA**, o qual abriu as vagas de titular e
62 suplente em seu Conselho Consultivo, possibilitando dessa forma a participação dos arquitetos
63 que tiverem interesse; informa que a cópia do Ofício lá entregue está na pasta que está
64 circulando entre os conselheiros e enfatiza a importância de estar sendo assegurando o
65 exercício profissional em instâncias que são diretamente ligadas às atividades profissionais da
66 categoria.

67 O último informe é com relação às demandas de haver necessidade de representação no
68 Conselho de Habitação do Estado, ressaltando que existem espaços de participação em vários
69 conselhos e, à medida que forem disponibilizadas participação em outros conselhos, essa
70 informação estará sendo colocada ao plenário do CAU/SP para indicação das representações.

71 O Conselheiro Luiz Fisberg informa que o CONPRESP tem a representação do CREA/SP e que
72 esta representação fora perdida, visto que a representante era uma arquiteta que não
73 compareceu em reuniões e, portanto, perdeu-se a vaga. O D.R.I. Claudio Mazzetti registra que
74 o CAU/SP deve pleitear a ocupação dessa vaga.

75 O Conselheiro Victor Chinaglia informa que o CONSEMA aguarda um retorno do CAU/SP de
76 manifestação de interesse na criação da vaga para o CAU/SP.

77 O Presidente informa, ainda, que das cinco Comissões Permanentes, quatro já foram
78 instaladas: Comissão de Ética, Comissão de Exercício Profissional, Comissão de Ensino e
79 Formação e Comissão de Legislação e Normas, informando também que no dia 25/05/2012,
80 será instalada a quinta e última Comissão de Orçamento e Contas.

81 Informa que a política da presidência do CAU/SP será de sempre dar todo apoio para que os
82 Coordenadores ou Coordenadores Adjuntos das Comissões participem das discussões em
83 Brasília, para a implantação do CAU/SP. Prova disso é que o Coordenador da Comissão de Ética
84 o conselheiro Nilson Guirardello esteve em Brasília participando das discussões e que poderá
85 nos trazer as informações.

86 O Presidente passa a palavra para o Vice-presidente Gustavo Melo que informa que participou,
87 com o D.R.I. Claudio Mazzetti, da reunião do “Conselhão”, comunicando que com a entrada do
88 CAU/SP passaram a serem 39 Conselhos, sendo que agora o CAU/SP também terá sua cadeira
89 para discutir com os outros Conselhos, (Medicina, Enfermagem, OAB, etc.) e participar de
90 todas as demandas que envolvem esses Conselhos.

91 O Presidente chama o Diretor Financeiro (D.F.) **Éder Silva**, que saúda a todos os presentes e
92 informa que irá apresentar quatro itens, se colocando a disposição caso algum conselheiro
93 necessitar de maiores informações e detalhes.

94 O primeiro item refere-se aos procedimentos para ressarcimentos, que foram aprimorados
95 para serem mais rápidos e ágeis; que a conta do CAU/SP está aberta no Banco do Brasil, à Av.
96 Paulista esquina com a Rua Augusta e que há uma minuta de convenio com o CAU/BR e o
97 Banco do Brasil, onde estará estipulado que serão repassados simultaneamente 20% da
98 arrecadação para o CAU/BR e 80% da arrecadação para o CAU/SP; que a Diretoria Financeira

99 do CAU/SP e o CAU/BR, fizeram uma contra proposta ao Banco em termos de baixar ao
100 máximo as alíquotas das transações, sendo que a mesma proposta tem sido feita por todos os
101 financeiros estaduais, sendo objetivo desse esforço em conjunto, onerar o menos possível o
102 Conselho; informa que a minuta já está pronta para o parecer do jurídico e que na próxima
103 semana esse convenio já estará firmado.

104 Ainda em relação aos ressarcimentos o D.F. Eder Silva explica que alguns conselheiros
105 entraram em contato com o Departamento apontando algumas inconsistências, ou que não
106 entenderam o valor recebido. O D.F. explica que os critérios que estão sendo aplicados são
107 rigorosamente os mesmos que foram registrados em ATA aprovada pelo plenário. O D.F. Eder
108 apresenta aos conselheiros o gerente financeiro, economista Sr. Roberto Munuera, que estará
109 à frente do Departamento Financeiro do CAU/SP, colocando-o a disposição dos conselheiros
110 para orientação em qualquer questão que surgir, reafirmando que caso algum conselheiro
111 receba ressarcimento que não esteja de acordo com o estabelecido, entre em contato
112 diretamente com o Departamento Financeiro, pois este estará dando prioridade à essas
113 questões que logo estarão devidamente alinhadas em virtude dos ajustes que estão sendo
114 feitos. O diretor Eder pede para os conselheiros confirmem minuciosamente os ressarcimentos,
115 pois o que deve prevalecer é o que foi disposto pela Resolução aprovada pelo Plenário.

116 O segundo item refere-se à Comissão de Orçamento e Contas, cuja reunião de instalação está
117 programada para acontecer amanhã, dia 25/05/2012, com isso fechando a instalação de todas
118 as Comissões Permanentes, explicando que procuraram agendar as reuniões das comissões
119 próximo às reuniões do plenário a fim de otimizar as despesas com deslocamentos; essas
120 reuniões serão realizadas na quarta-feira ou sexta-feira, ficando a quinta-feira como um dia
121 voltado, preferencialmente, às reuniões da diretoria e plenário, onde se concentrarão os
122 despachos e as decisões de tudo o que será realizado. Enfatiza que a reunião da Comissão de
123 Orçamento e Contas será no início de cada mês, seguindo o calendário do CAU/BR e que nessa
124 reunião estarão sendo submetidos os balancetes mensais ao plenário, já então aprovados pela
125 Comissão de Orçamento e Contas do CAU/SP.

126 O terceiro item informado pelo D. F. Eder Silva refere-se ao recebimento, pelos conselheiros,
127 de um documento vindo do CAU/BR que é um Projeto de Resolução que dispõe sobre o
128 “Fundo de Apoio aos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal
129 e dá outras providências”; dado a importância desse Projeto de Resolução o diretor financeiro
130 propõe ao Presidente, à mesa e aos Conselheiros, estipularem um calendário para
131 recebimento das sugestões/manifestações/opiniões a fim de instrumentalizar o Presidente do
132 CAU/SP para a reunião que ele e outros presidentes de CAUs Estaduais terão com o presidente
133 do CAU/BR Haroldo Pinheiro, lembrando que não haverá tempo de discutir o projeto de
134 resolução em plenário; O D.F. Eder enfatiza que nessa resolução existem informações sobre
135 percentuais que impactam na receita e no futuro do CAU/SP ressaltando que o retorno dessas
136 sugestões será importante para que se façam as compilações necessárias.

137 O Presidente do CAU/SP determina que as sugestões/manifestações/opiniões deverão ser
138 enviadas por e-mail ao Coordenador da Comissão de Legislação e Normas João Carlos M.C.
139 Vasconcellos (Joca) para serem compiladas em forma de minuta sintetizada até o meio dia de
140 28/06/2012.

141 O diretor financeiro enfatiza que esse Projeto de Resolução é mais do que uma legislação, e
142 sim, é impacto financeiro e pede para receber, também, cópia por e-mail dessa minuta. Ele
143 menciona alguns pontos do documento:

- 144 - Artigo 1, Fundo de Apoio Financeiro ao CAU/SP;
- 145 - Artigo 2, Aporte Inicial;

146 Parágrafo único, artigo 2: o D.F. Eder chama a atenção para o que está sendo proposto para o
147 Pacto Federativo, ou seja, parcela de 5% de toda arrecadação bruta, a ser destinada ao Fundo,

148 tirando esses 5%, dos 95% restantes, ficando retido 20% no âmbito Federal - CAU/BR, e 80%
149 retido para a unidade da Federação - CAU/SP; na sequência menciona a utilização do fundo
150 que prevê vários itens, tais como calamidades e situações de emergência, e também uma
151 Comissão gestora onde a Comissão Permanente de Finanças do CAU/BR propõe mais três
152 representantes estaduais sendo que um entre estes deva ser de um estado contemplado com
153 recursos do fundo; o diretorleder expressa sua opinião de que o CAU/SP, por ser um dos
154 Conselhos que mais arrecada, deva por esse motivo ter direito a uma dessas vagas para poder
155 acompanhar e poder prestar contas aqui.

156 O Conselheiro João Carlos M.C. Vasconcellos (Joca) sugere e salienta ser interessante que, de
157 maneira genérica, sejam indicados dois CAUs dos Estados arrecadadores para não,
158 necessariamente, ser CAU/SP. O Conselheiro José Roberto Baraúna sugere que sejam os CAUs
159 com maior representatividade.

160 O Presidente convida o Diretor Adjunto de Relações Institucionais Leandro Matsuda para fazer
161 parte da mesa.

162 O Presidente chama a Diretora Técnica (D.T.) Márcia Mallet para iniciar seus informes. A
163 diretora explica que a Diretoria Técnica faz parte da Comissão de Exercício Profissional que foi
164 instalada na última sexta-feira, 18/05/2012, sendo coordenador o conselheiro Victor Chinaglia
165 e o coordenador Adjunto o conselheiro Gilberto Belleza, enfatizando que começarão
166 analisando a Resolução 22 que trata sobre fiscalização; informa que enviará aos conselheiros,
167 cópia dessa Resolução; ressalta que a Diretoria Técnica irá adequar o Plano de Fiscalização do
168 CAU/SP a essa Resolução 22, que trata da fiscalização.

169 O Presidente chama o Diretor de Ensino e Formação (D.E.F.) João Carlos Correia para iniciar
170 seus informes. Este saúda a todos e informa que o Coordenador da Comissão de Ensino e
171 Formação é conselheiro Paulo Burgo e a coordenadora adjunta é a Conselheira Débora
172 Frazatto; informa que os trabalhos da comissão já se iniciaram e que estão recebendo vários e-
173 mails de arquitetos estrangeiros querendo informações de como trabalhar no Brasil, sendo
174 que a comissão está em contato com o Itamaratã e com o MEC para tratamento dessas
175 questões.

176 O diretor informa, também, que outro assunto que está sendo tratado pela Comissão é o
177 referente às escolas que ainda não se cadastraram no SICCAU.

178 Outro assunto colocado pelo Diretor João Carlos refere-se às reuniões que ocorreram em
179 Brasília e que trataram sobre o CEAU. Destaca a necessidade de formar o CEAU Regional,
180 assunto que deverá entrar na pauta da próxima reunião para a formação deste Conselho de
181 Entidades.

182 O Conselheiro Mario Toshinaga pede a palavra e menciona que, como não foi convidado para a
183 reunião que elegeu a coordenação da Comissão de Ensino, sugere que seja realizada uma nova
184 reunião e uma nova eleição.

185 O D.E.F. João Carlos explica que as convocações foram enviadas e que o Conselheiro Mário foi
186 contatado inclusive por telefone, quando informara que não poderia comparecer. Como a
187 reunião da Comissão de Ensino teve quórum, esta elegeu o seu coordenador e que essa
188 decisão será mantida. O conselheiro pede que seja comprovada esta convocação, onde o
189 D.E.F. também pede ao Gabinete que comprove esta convocação.

190 O Presidente chama o Diretor Administrativo (D.A.) Paulo Afonso Costa para iniciar seus
191 informes. Este saúda todos os presentes e enfatiza que sua fala se concentrará nos convênios
192 que serão elaborados junto às Autarquias Municipais; informa que, em relação à situação
193 junto à Prefeitura de São Paulo, depois de várias reuniões a “condição emergencial” foi
194 superada, sendo que o CAU/SP enviará à PRODAM a cada 15 dias o cadastro dos profissionais,
195 nos mesmos moldes do CREA/SP; no caso dos arquitetos fora da cidade de São Paulo e que
196 trabalham em São Paulo, cada caso será tratado separadamente porque não há como a

197 PRODAM lidar com todo o cadastro nacional do SICCAU até que toda a questão do convenio
198 com a Prefeitura de São Paulo seja regulamentada.
199 Informa que na pasta de documentos que está circulando entre os conselheiros há uma
200 minuta que a Prefeitura enviou minuta essa que ainda será trabalhada pela Diretoria
201 Administrativa e Diretoria de Relações Institucionais, enfatizando que os conselheiros que
202 quiserem contribuir deverão enviar suas sugestões para a Diretoria Administrativa ou Diretoria
203 de Relações Institucionais. Informa que o CAU/SP está alocando uma pessoa exclusivamente
204 para Ribeirão Preto e Região, para implantação do Convênio Piloto do CAU/BR referente ao
205 módulo de Geo referenciamento que vai ser testado naquela cidade e região, informando
206 também que estão sendo iniciadas negociações com a Prefeitura de Diadema; da mesma
207 forma, informa a necessidade do CAU/SP, a partir desse Convênio Piloto, definir processos e
208 procedimentos para realização de convênios com os cerca de 645 municípios do Estado de São
209 Paulo.

210 Antes de passar para o ponto “extra pauta”, o Presidente, informa a posição do CAU/SP de ter
211 uma política de sempre convidar conselheiros federais para uma reunião com a diretoria do
212 CAU/SP, para que esses possam apresentar as discussões que estejam ocorrendo no CAU/BR e,
213 da mesma forma, para que estes enquanto conselheiros federais apresentem as discussões do
214 CAU/SP em Brasília. O Presidente explica que o objetivo desse procedimento é para que
215 ambos os Conselhos estejam sempre em sintonia. O Presidente destaca que estão presentes
216 nessa Sessão Plenária os Conselheiros Federais José Roberto Geraldine Jr. e Daniel Amor.

217 O Diretor de Finanças Roder Silva solicita ao Presidente o encaminhamento feito sobre o Fundo
218 de Apoio aos Conselhos de Arquitetura dos Estados e Distrito Federal. O Presidente então
219 pergunta aos conselheiros presentes se alguém é contra as propostas discutidas pelo plenário,
220 ou seja, de que o CAU/SP deva ter assento, também, no Conselho Gestor do Fundo, sendo que
221 nenhum dos conselheiros presentes se manifestou contra essa proposta. Colocado em
222 votação: APROVADO POR UNANIMIDADE.

223 O Conselheiro Renato Nunes faz uma sugestão de que seja enviado à todas as Comissões e
224 Conselheiros os contatos dos Coordenadores das Comissões Permanentes e de seus membros.

225 O Presidente chama para seu pronunciamento o Conselheiro Federal José Roberto Geraldine
226 Jr., que agradece o convite saudando todos os presentes. Este inicia sua fala informando que
227 São Paulo tem cerca de 70 Instituições de Ensino que oferecem hoje cursos de Arquitetura e
228 Urbanismo, sendo que 12 dessas Instituições onde o procurador institucional recebeu a
229 mensagem do CAU/BR - que foi encaminhada pela Secretaria de Regulação da Educação
230 Superior do MEC - ainda não responderam informando quem é o coordenador do curso; o
231 Conselheiro Federal José Roberto Geraldine Jr pede aos conselheiros que estiverem próximos
232 dessas Instituições para que auxiliem na obtenção dos nomes desses coordenadores e que se
233 responsabilizem pelo envio dessas informações. Informa que a Comissão de Ensino e
234 Formação já tem a relação das Instituições de Ensino que finalizaram o processo, bem como, a
235 relação das Instituições de Ensino que ainda não possuem coordenação conhecida e acredita
236 que, em breve, essa relação será enviada para a Comissão para que esta possa fazer os
237 contatos.

238 Informa aos conselheiros presentes os seguintes dados: - Das 70 Instituições, 12 Instituições de
239 Ensino precisam ainda identificar o coordenador; 25 Instituições de Ensino já possuem o
240 coordenador cadastrado no SICCAU, mas este ainda não possui o Registro de Responsabilidade
241 Técnica de Desempenho de Cargo e Função; ressalta que esse trabalho é importante e precisa
242 ser feito. Destaca que alguns coordenadores de curso apresentaram resistência ao
243 preenchimento do RRT de Cargo e Função e querem saber quem deve pagar o valor de cerca
244 de R\$60,00 (sessenta reais); informa que 8 Instituições de Ensino já tem os coordenadores
245 cadastrados mas estão com pendências na documentação que comprovem que são

246 coordenadores do curso; 5 Instituições de Ensino já tem os coordenadores cadastrados com os
247 RRTs aprovados; 6 Instituições já estão finalizando mas têm alguma diligência a ser feita; 14
248 Instituições já concluíram o processo tirando da fila de protocolo de Registro Emergencial
249 aproximadamente 1.200 novos profissionais que já foram automaticamente cadastrados no
250 SICCAU O Conselheiro José Roberto Geraldine Jr. ressalta que esse trabalho de cadastramento
251 será concluído em junho.

252 O Conselheiro Federal José Roberto Geraldine Jr. finaliza informando que no dia 11 de maio
253 houve uma reunião com a equipe do Ministério das Relações Exteriores (M.R.E.) e o Ministério
254 de Desenvolvimento da Indústria e Comércio (M.D.I.C.) para discutir a demanda que o CAU/BR
255 já tinha encaminhado, através de ofício, ao Ministro das Relações Exteriores (M.R.E.),
256 solicitando uma audiência para discutir a questão de registro e da vinda de profissionais
257 estrangeiros, principalmente dos portugueses; ressaltou que o Presidente da Ordem de
258 Arquitetos de Portugal já havia assinado um termo de convênio e acordo de colaboração com
259 o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), pois a demanda apresentada é grande e eles
260 pretendem vir atuar no Brasil em vários Estados, em especial no Nordeste do País; O
261 Conselheiro José Roberto Geraldine Jr. ressalta que nessa reunião estiveram presentes o
262 Presidente do CAU/BR, Haroldo Pinheiro, a coordenação da Comissão de Ensino e Formação e
263 a Comissão de Prática Profissional. Nessa reunião foram discutidos também com o M.D.I.C.,
264 com o BID e com o M.R.E., assuntos como o MERCOSUL, tendo em vista a abertura, em 2015,
265 do mercado de circulação de serviços, inclusive de arquitetura e urbanismo, incluindo o
266 CAU/SP nessa discussão para uma participação ativa; informa que nessa reunião estiveram
267 presentes também o Conselho Federal de Engenharia e Agronomia, pois existe a mesma
268 demanda para os profissionais de Engenharia.

269 Ressalta que está prevista no final do mês de maio a ida do Ministro de Educação (MEC) Aloisio
270 Mercadante a Portugal para discutir a questão do reconhecimento mútuo das Universidades e
271 agilizar o processo de revalidação de diplomas, sendo que existe um movimento por parte do
272 Governo Federal para facilitar os processos de registro, sendo que, o ministro garantiu que irá
273 facilitar esses processos, mas sempre, com foco na reciprocidade, ou seja, se isso acontecer
274 para lá também acontecerá para cá; o conselheiro federal José Roberto Geraldine Jr
275 recomenda que as Comissões envolvidas na questão se desdobrem para avaliar os registros e
276 que o CAU/SP juntamente com o CAU/BR podem contribuir, nesse processo.

277 O Presidente chama o Conselheiro suplente Federal Daniel Amor para dar seus informes; o
278 Conselheiro saúda a todos os presentes e comunica ter participado da reunião da Diretoria
279 como Conselheiro Federal convidado; diz que se alegra de que no ponto “extra pauta” estejam
280 alguns dos pontos que ele discutiu na reunião de diretoria, quais sejam, a questão da
281 Resolução 17, da Resolução 09 e da Resolução 21, que estão causando celeumas na categoria.
282 Informa que outro ponto que deverá ser discutido está na pasta de documentos que está
283 circulando entre os conselheiros e diz respeito ao ofício do Sindicato dos Arquitetos do Estado
284 de São Paulo (SASP) enviado ao CAU/SP, para que o CAU/SP tome uma atitude sobre a matéria
285 publicada no jornal “AGORA” onde são acusados todos os arquitetos de pagarem propina para
286 aprovação de seus projetos, tendo como pano de fundo um processo de corrupção instalado
287 dentro da Prefeitura de São Paulo, com o qual os arquitetos e urbanistas não têm nenhuma
288 participação neste tipo de atitude e que gostaria que esse Conselho se manifestasse junto à
289 Prefeitura de São Paulo contra essa afirmação do jornal.

290 Outro ponto salientado por ele é uma recomendação, como conselheiro federal do CAU/BR,
291 sobre o cumprimento do artigo 28 da Lei 12.378/10 que constitui o Colegiado Permanente das
292 Entidades de Arquitetura e Urbanismo no Estado – CPEAU o qual consta no Regimento
293 Estadual; o conselheiro Daniel Amor recomenda que deva ser formatado como funcionará esse
294 Colegiado, não esquecendo, de convidar as entidades nacionais de arquitetura e urbanismo,

295 sendo que um dos integrantes deverá ser um representante da Federação Nacional de
296 Estudantes de Arquitetura e Urbanismo (FENEA).

297 O último ponto colocado pelo conselheiro federal Daniel Amor diz respeito ao Projeto de Lei
298 Nº. 3406 que está sendo discutido em Brasília de autoria do Deputado Federal \square alter Feldman
299 e que está sendo chamado de “ESTATUTO DA METR \square POLE”, cujo relator da Comissão será o
300 Deputado Federal Arquiteto Urbanista \square ezéu Ribeiro, sendo que na última reunião daquela
301 Comissão foi aprovado que haverá cinco audiências públicas pelo país, uma delas em São
302 Paulo, marcada para o dia 14/06/2012 na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo,
303 reunião essa que está sendo organizada pela Comissão e pelo Sindicato dos Arquitetos e
304 Urbanistas do Estado de São Paulo - SASP, a qual será informada a todos os conselheiros.

305 O Conselheiro Victor Chinaglia solicita ao Conselheiro Federal Daniel Amor a posição que
306 tiveram os dois Conselheiros Federais por São Paulo sobre a aprovação das Resoluções 17 e 21
307 em Sessão do CAU/BR. O Conselheiro Daniel Amor informa que esteve presente na reunião
308 que discutiu a Resolução 21, registrando que, à exemplo de reuniões anteriores, a pauta e os
309 assuntos foram encaminhados sem tempo para discussão e reflexão pelos conselheiros,
310 levando, dessa forma, à aprovação por unanimidade da pauta apresentada pela urgência
311 posta, sem a devida discussão. Ressalta, todavia, que a questão não era discutir a posição dos
312 conselheiros federais, mas sim, aprofundar as discussões no CAU/SP para que os conselheiros
313 federais possam externar a posição de São Paulo.

314 O Presidente coloca em discussão no plenário o ponto “extra pauta” para que seja definido
315 qual será o posicionamento do CAU/SP em relação à Resolução 17 e sobre cobrança do RRTs;
316 ele explica que o RRT substitui a antiga ART e que segundo a Lei Federal 12.378/10 o
317 entendimento é o de que, em qualquer circunstância, o valor cobrado é de R \square 60,00 \square variação
318 de índice, que hoje perfaz sessenta e três reais e alguns centavos, sendo que essa taxa é
319 cobrada por cada trabalho apresentado; relembra que houve uma Resolução, a de número 09,
320 que foi revogada e substituída pela Resolução 17, em que foi substituído o termo “trabalho”
321 por “atividade” possibilitando a geração de valor progressivo nos RRTs, havendo, dessa forma,
322 uma distorção provavelmente para defender as necessidades dos CAUs menores que não se
323 auto sustentam, sendo esta uma forma de arrecadação; o Presidente enfatiza que a posição do
324 CAU/SP é de que o CAU não deva ser arrecadador como o antigo Conselho era, sendo que a
325 Diretoria do CAU/SP, por unanimidade, decidiu fazer uma moção e um Documento à ser
326 levado ao CAU/BR, posicionando que o CAU/SP é contra esse tipo de meio arrecadatário,
327 mantendo o texto da Lei 12.378/10 e que em todas as hipótese o valor é de R \square 60,00 (sessenta
328 reais) \square os índices a partir da data da promulgação da Lei. Nesse momento o Presidente recebe
329 os aplausos de todos os Conselheiros presentes na plenária.

330 O Diretor de Relações Institucionais Adjunto Leandro Matsuda enfatiza que deverá ser
331 colocada em votação a questão sobre a taxa dos RRTs e que os conselheiros presentes
332 enviem ao CAU/SP, sugestões/opiniões para a mudanças na Resolução 17.

333 O Presidente abre para as discussões, onde a Conselheira Débora Frazatto inicia a sua fala
334 mostrando alguns casos conhecidos de arquitetos e urbanistas que cobram valores irrisórios
335 abaixo do mercado e não apresentam projetos de qualidade e, apenas, uma “folhinha de
336 papel” com um estudo preliminar; o Conselheiro Silvio Dias pede aparte e fala de casos de
337 loteamento de projetos, infringindo questões éticas da profissão; o Conselheiro Reginaldo
338 Peronti, questiona as resoluções que parecem vir de cima para baixo, sem uma grande
339 discussão; o Presidente esclarece que a questão que ele considera mais séria é que esta
340 Resolução fere a Lei de criação do CAU; o Diretor de Ensino e Formação João Carlos pede um
341 aparte e lembra do GT no CEAU que trata dos serviços de arquitetura e urbanismo e da
342 elaboração de manual com valores referentes à prestação desses serviços que está para ser
343 publicado no site do CAU/BR com abrangência para o Brasil inteiro, servindo para que a

344 própria justiça e o M.P. venham a utilizá-lo como parâmetro para julgar casos, sendo um meio
345 de fiscalizar a atuação profissional.

346 O Coordenador da Comissão de Ética Profissional Nilson Guirardello informa sobre um
347 documento que está circulando na internet, com a assinatura de mais de mil arquitetos que se
348 manifestam contra esta cobrança em cascata do RRT; o vice-presidente pede um aparte
349 e reforça que o plenário tem que se manifestar, sim, contra esta cobrança.

350 O Conselheiro Renato Nunes se manifesta dizendo que esta Resolução 17 vai contra todas as
351 formulações e conceituações dos arquitetos e urbanistas nos últimos 50 anos e que
352 arquitetura é obra feita e que o arquiteto vai do projeto ao canteiro de obras; comenta que a
353 hora que se faz da arquitetura, através de sub-ítem para se cobrar, algo a ser fracionado isso
354 acarreta problemas para os profissionais; destaca que, enquanto conselheiro, está tendo até
355 que se “esconder” em sua cidade diante dessa situação. Finaliza afirmando que, em sua
356 opinião, a Resolução 17 é ilegal. Nesse momento o Conselheiro Renato Nunes recebe os
357 aplausos dos conselheiros presentes na plenária.

358 A Conselheira Nádia Somekh pede aparte e pede que o Presidente leve a sugestão ao CAU/BR,
359 lembrando que em qualquer governo se tem o plano dos 100 dias e que neste sentido o
360 CAU/BR deve criar medidas para que os arquitetos e urbanistas sintam-se orgulhosos por
361 terem saído do antigo Conselho e uma das medidas seria essa de não superposição e não o
362 efeito cascata e outras medidas para que os arquitetos tenham alegria de ter o seu Conselho
363 próprio.

364 A Conselheira Saide Rahtouni na sua manifestação traz informações da reunião do CEAU em
365 Brasília; que as entidades apoiam toda a discussão das resoluções; observa a falta de
366 comunicabilidade e informa que a sugestão das entidades é de melhorar e aumentar a
367 comunicabilidade; a Comissão de Exercício Profissional do CAU/BR irá revisar todas as
368 Resoluções, a partir de julho e isso foi um pleito colocado no CEAU para ampla discussão e
369 revisão das resoluções; informa que foi pensado em uma terceira alternativa que conjugasse 2
370 RRTs de projeto e obra; que há uma preocupação grande do CEAU quanto ao baixo valor de
371 projeto. 431

372 O Conselheiro Victor Chinaglia pede aparte e parabeniza a diretoria em nome do Presidente
373 pela posição firme de discutir em suas reuniões e que isso mostra o papel desta diretoria;
374 coloca a sua contribuição com o assunto do RRT social e que vê muita dificuldade em tirar esse
375 registro do RRT Social; propõe um diálogo maior entre os Conselheiros Federais e o CAU/SP.
376 Nesse momento o Conselheiro Victor recebe os aplausos dos conselheiros presentes na
377 plenária.

378 O Presidente chama para seu pronunciamento o conselheiro Ederson da Silva que começa a
379 sua fala colocando que o CAU/BR tem que ser um reflexo dos CAUs estaduais; ele ressalta que
380 a cobrança progressiva dos RRTs é predatória e ilegal; ele propõe o congelamento da taxa que
381 consta na Resolução 17 até que haja uma discussão ampla entre a diretoria e os conselheiros
382 do CAU/SP e haja, assim, um consenso para as mudanças que deverão constar na Resolução
383 17.

384 O Presidente coloca as quatro propostas de encaminhamento para votação.

- 385 • A primeira proposta, do Diretor de Relações Institucionais Adjunto, Leandro, é de que
386 o CAU/SP se posicione a favor ou contra a Resolução 17;
- 387 • A segunda proposta, também do Diretor de Relações Institucionais Adjunto, Leandro,
388 solicita o envio de sugestões dos Conselheiros ao CAU/SP para mudanças no texto da
389 Resolução 17;
- 390 • A terceira proposta, do Diretor Financeiro Eder Silva, sugere alterações no parágrafo
391 primeiro do artigo sétimo, onde no texto deverá ser substituído a palavra "Arquiteto"

392 pela palavra "Tratado" além de constar, também, empreendimento, contrato e
393 Tratado.

- 394 • A quarta proposta, do Conselheiro Ederson da Silva, sugere o congelamento do valor
395 da taxa dos RRTs até que haja um amplo debate entre o CAU/SP e os conselheiros,
396 para discussão da necessidade da mudança na Lei.

397 O Presidente coloca esses quatro pontos que são amplamente debatidos pelos conselheiros
398 que, após as considerações e discussões realizadas, apontam os seguintes pontos para
399 organizar os encaminhamentos:

- 400 • O primeiro encaminhamento será o de não descaracterizar a Resolução 17 e
401 "cirurgicamente" atacar o parágrafo primeiro do Artigo sétimo, onde se resolveria 90%
402 das discussões.
- 403 • O segundo encaminhamento seria o congelamento do valor da taxa do RRT, até a
404 finalização das discussões entre o CAU/SP e os conselheiros.

405 O Presidente coloca esses dois encaminhamentos em discussão. Ele enfatiza que a partir do
406 que for decidido em plenária, será formulado um texto que será enviado para conhecimento
407 de todos os conselheiros para, posteriormente, ser entregue em mãos e também
408 encaminhado para o Presidente do CAU/BR, Haroldo Pinheiro.

409 Em votação pelo Plenário, o primeiro encaminhamento sugerindo alterações no Tratado
410 Tratado de RRTs do Tratado de RRTs do Tratado de RRTs do Tratado de RRTs do Tratado de RRTs do
411 "Artigo 1º" pela palavra "Tratado", além de constar no texto do Tratado de RRTs do Tratado de RRTs do
412 Tratado de RRTs do Tratado de RRTs do Tratado de RRTs do Tratado de RRTs do Tratado de RRTs do
413 Tratado de RRTs do Tratado de RRTs do Tratado de RRTs do Tratado de RRTs do Tratado de RRTs do
414 Tratado de RRTs do Tratado de RRTs do Tratado de RRTs do Tratado de RRTs do Tratado de RRTs do

415 O Presidente abre a palavra para a manifestação final dos conselheiros e, na ordem das
416 inscrições:

417 O Coordenador da Comissão de Ética Profissional, Nilson Ghirardello, na ordem da sua
418 inscrição, informa que no dia 14/05/2012 aconteceu a primeira reunião da Comissão de Ética
419 Profissional que, conforme o Regimento, foi eleito o Coordenador, ele próprio e o Adjunto, o
420 Conselheiro Luiz Fisberg, além dos Conselheiros Titulares Ederson da Silva, Renato Nunes, Ana
421 Maria de Biazzini e os suplentes na comissão, conselheiras Nina e Saide; que após a eleição foi
422 discutido uma proposta do CAU/BR de Resolução de procedimentos de instalação, julgamento
423 e infração ética de processos, para poder levar uma posição de São Paulo para Brasília e que, o
424 Conselheiro Federal Miguel Pereira faz parte da Comissão de Ética do CAU/BR; foi decidido
425 pela proposta de Resolução apenas os procedimentos de instauração de processos éticos,
426 ainda não de instrução e de julgamento, pois ainda não temos o nosso código de ética. Os
427 processos anteriores a 19/12/2011, data da posse do Presidente do CAU/BR, serão julgados
428 sob a luz do código de ética do CONFEA e aqueles abertos a posterior desta data será julgados
429 sob a luz do nosso Código de Ética, do CAU, que ainda não temos e o que temos, por
430 enquanto, é a Lei que cria o CAU, nos artigos 17 a 23 e a Lei nº 9784/99 que regula os
431 Processos Administrativos no âmbito da administração pública federal.

432 O conselheiro Nilson ressalta que neste momento, existem esses dois recursos para julgar os
433 processos de ética, e que o CAU/BR deu o prazo para que até o final do ano seja criado o
434 Código de Ética e enfatiza a importância de São Paulo participar da elaboração desse código de
435 ética.

436 O conselheiro Nilson propõe que a Comissão seja um "tribunal de ética", pois a Comissão de
437 Ética é assessora do plenário e o "tribunal de ética" decide e se torna uma primeira instância;
438 ele pede que posteriormente seja decidido entre a Comissão e o Plenário qual seria o termo
439 mais conveniente, uma Comissão Assessora ou um Tribunal de Ética.

440 O conselheiro Luis Fisberg, no uso da sua inscrição, saúda a todos e enfatiza sua primeira
441 questão que diz respeito aos locais de reunião onde coloca três sugestões para as próximas

440 reuniões: a primeira sugestão seria fazer as reuniões no casarão na Rua Maranhão onde
441 funciona a FAU/SP, a segunda sugestão seria fazer as reuniões no Mackenzie, e a terceira
442 sugestão seria fazer as reuniões na FAU/USP.

443 Outro ponto que ele coloca é a cobrança para que o CAU/SP tome atitude enérgica frente às
444 notícias veiculadas pela mídia acusando os arquitetos de pagarem propina para terem seus
445 projetos aprovados pelos órgãos públicos.

446 A conselheira Nina, no uso da sua inscrição, saúda a todos e enfatiza mais uma vez a
447 insatisfação dos colegas com as cobranças indevidas das RRTs, mas salienta saber que o CAU
448 está caminhando para resolver essa questão; ressalta que gostaria da construção de uma
449 Autarquia aconselhada por uma entidade como a Fundação Getúlio Vargas, o que daria um
450 respaldo perante a sociedade. Outro item abordado por ela foi que o CAU/SP ainda não veio
451 dizer qual a sua finalidade aos próprios colegas da categoria; ressalta que essas informações
452 deverão ser colocadas urgentemente em todo tipo de mídia, explicitando o papel do arquiteto
453 e sugere que se gaste uma verba especial para esta comunicação. Outro ponto que a
454 conselheira coloca é a questão das licitações terem em suas especificações projetos de
455 arquitetura por engenheiros; que há muitas obras de infra-estrutura e que requerem projetos
456 de arquitetura e são feitos dentro das construtoras; solicita que seja apresentado os Grupos de
457 Trabalhos sistematizados para se começar a trabalhar; e também a questão da Sede do
458 CAU/SP para resolver a questão de ter um local definitivo para as plenárias.

459 O Diretor de Relações Institucionais Claudio Mazzetti pede a palavra e comunica que fizeram
460 uma reunião com técnicos da FGV e que uma das questões discutidas é a possível inclusão da
461 FGV na preparação do seminário do CAU/SP, pois eles ficaram de enviar a proposta.

462 O conselheiro Mário Toshinaga, no uso da sua inscrição, reafirma não ter sido convidado para
463 a reunião que elegeu os membros da Comissão de Ensino; ele pede para que seja comprovada
464 a sua convocação. Levanta a questão da tabela de honorários, e para qual é o perfil do
465 arquiteto que estamos pensando, um recém-formado ou o arquiteto com mais de 20 anos de
466 formado e com ampla experiência; considera que não basta ter diploma e considera também
467 que temos que pensar no ensino, tem que ser um arquiteto pleno, qualificado e competente,
468 pois honorário tem a ver com o ensino; fiscalização será preventiva ou punitiva, ele questiona,
469 pois se preocupa com a qualidade urbana e a legalidade das construções.

470 A conselheira Débora Frazzatto pede um aparte e informa ao Conselheiro Mário que foi
471 colocado e registrado na sessão anterior que, durante o mês de maio, seriam instaladas as
472 comissões e que todos receberam um e-mail comunicando a data e que a Reunião da
473 Comissão foi aberta pelo Presidente Afonso Celso, o Diretor Administrativo Paulo Afonso, os
474 Diretores de Ensino e Formação João Carlos Correia e o Diretor Adjunto Administrativo Gerson
475 Mendes, sendo que a reunião se iniciou com os quatro membros da comissão, e que na
476 ocasião, a conselheira Áurea Mazzetti informou que contatara todos os conselheiros mas, não
477 havia conseguido falar com o conselheiro Mário Toshinaga e que a conselheira Áurea tem
478 auxiliado no Gabinete com todos com todas as Comissões. Finalizando, a conselheira Débora
479 Frazzatto enfatiza que em nenhum momento a comissão instaurada agiu de má fé e nem com a
480 intenção de excluí-lo.

481 No pedido do Presidente, o conselheiro e Coordenador João Carlos M.C. Vasconcellos (Joca),
482 informa que foi instaurada a Comissão Permanente de Legislação e Normas, sendo eleito, ele o
483 coordenador e o coordenador adjunto é o conselheiro Renato Melhen, mencionando como os
484 outros membros os conselheiros Lúcio Gomes Machado, Silvio Dias e Roberto Moreno;
485 enfatiza que haverá um novo conceito de Autarquia através das Comissões instauradas,
486 aprimorando o processo de participação dos conselheiros.

487 O Presidente do CAU/SP coloca em votação a Ata da 5ª Sessão plenária, que é APROVADA pelo
488 Plenário.

489 A conselheira Áurea Mazzetti informa ao conselheiro Mário que irá verificar a questão do e-
490 mail de convocação dessa Reunião da Comissão de Ensino e Formação que elegeu o
491 Coordenador da Comissão, e coloca o e-mail gabinete@causp.org.br para qualquer solicitação
492 e dúvida, informando que está auxiliando, sim, a todos dentro do Gabinete da Presidência.
493 O Presidente do CAU/SP, Afonso Celso Bueno Monteiro agradece a presença de todos e
494 encerra a 6ª Sessão Plenária do CAU/SP.
495 NADA MAIS.
496
497
498 São Paulo, 24 de maio de 2012.
499
500
501
502
503 **A conselheira Áurea Mazzetti informa ao conselheiro Mário que irá verificar a questão do e-mail de convocação dessa Reunião da Comissão de Ensino e Formação que elegeu o Coordenador da Comissão, e coloca o e-mail gabinete@causp.org.br para qualquer solicitação e dúvida, informando que está auxiliando, sim, a todos dentro do Gabinete da Presidência. O Presidente do CAU/SP, Afonso Celso Bueno Monteiro agradece a presença de todos e encerra a 6ª Sessão Plenária do CAU/SP.**
504 **NADA MAIS.**